

***Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais***

---



***Regulamento de Apoio a Situações de Emergência  
Social e Apoio na Habitação***



## Preambulo

Devido à conjuntura atual em que nos encontramos, a estabilidade financeira de muitas famílias e/ou cidadãos sofreram alterações, não só das que já se encontravam em situação de vulnerabilidade e exclusão social, mas também daquelas que se deparam com novas problemáticas nas suas vidas, como por exemplo, o elevado desemprego, emprego precário, o aumento das cargas fiscais, a redução das prestações sociais, más condições habitacionais e carência alimentar. Todos estes aspetos desencadeiam o aumento da pobreza e exclusão social, colocando em causa o cumprimento dos compromissos familiares e põem em risco a satisfação dos seus direitos básicos, como a alimentação, a saúde, educação, habitação, entre outros.

Neste âmbito, torna-se imprescindível a intervenção ao nível da ação social por parte da Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais a fim de prevenir e reparar situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitária das famílias e/ou cidadãos e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

De acordo com a alínea f) do n.º 1 do art.º 7º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que transferiu para as Autarquias locais atribuições relativas à ação social e para a efetiva transferência de tais atribuições e competências nas juntas de freguesia, a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, consagra na alínea v) do n.º 1 do seu art.º 16 que compete apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, atividades de natureza social e de interesse da freguesia.

Atendendo que a legislação define que as freguesias dispõem de diversas atribuições, neste caso específico, no que concerne à ação social, esta pode atuar no apoio às famílias em situação de fragilidade económica promovendo assim uma melhoria da sua qualidade de vida.

A reorganização administrativa do território das freguesias, definida pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, criou a União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, a maior freguesia do Município de Tomar em população e a segunda maior do distrito.

Este facto enquadra uma maior responsabilidade no domínio social não só devido à maior dimensão populacional referida mas também à extensão territorial e à diversidade e características da população. Todos estes fatores significam certamente um aumento das contingências sociais e das necessidades da comunidade.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A7', 'RAH', and others, are visible on the right margin.]*

## **Capítulo I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1º**

##### **Enquadramento legal**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto nos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º, da alínea f) do n.º 1 do artigo 9º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 16º do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

#### **Artigo 2º**

##### **Objeto e âmbito territorial**

O presente regulamento visa definir as condições de acesso para a atribuição de apoios a indivíduos e famílias em situação de carência económica na área geográfica da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, após prévia articulação com os Serviços da Segurança Social ou outras entidades da Administração Central e as entidades que integram a Rede Social do Concelho.

A ação social, como forma de atuação da Junta de Freguesia, apresenta como objetivo desenvolver uma intervenção mais global, nomeadamente suprir as necessidades mais imediatas e as mais complexas, de forma a impulsionar a rede de apoio social, o bem-estar das famílias mais desfavorecidas e contribuir para atenuar os efeitos de pobreza e exclusão social.

#### **Artigo 3º**

##### **Entrada em vigor**

Este regulamento apresenta uma natureza flexível, pelo que pode vir a ser atualizado face às necessidades e realidade social, sempre que se justificar.

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Assembleia de Freguesia.



## Artigo 4º

### Natureza dos apoios

1. Os apoios previstos neste regulamento serão de natureza pontual e temporária, considerando que a participação da freguesia tem como objetivo intervir numa área específica do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos isolados ou inseridos em agregado familiar desfavorecido.
2. Os apoios concedidos têm presentes os princípios:
  - a) da subsidiariedade, devendo atuar-se de forma concertada e preventiva;
  - b) de integração, desenvolvendo intervenções integradas e multisetoriais para responder eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos de pobreza e exclusão social;
  - c) da articulação dos diferentes agentes com atividade no território da freguesia, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades;
  - d) da reciprocidade estabelecendo-se com os beneficiários dos apoios regulados no presente diploma, sempre que possível, o compromisso de cooperação com as iniciativas desenvolvidas pela Rede Social do Município de Tomar, da qual a CSFSJSM faz parte integrante.
3. Os montantes a atribuir a título de subsídio, previstos no presente regulamento, constam das grandes opções do plano e as verbas estão inscritas no orçamento anual da freguesia, tendo como limite os montantes aí fixados.

## Artigo 5º

### Conceitos

Para efeito do presente regulamento considera-se:

1. *Agregado Familiar* – o conjunto de pessoas que vivam com o requerente em comunhão de mesa e habitação, ligadas por laços de parentesco, casamento, união de facto, afinidade e adoção, coabitação ou outras situações especiais similares.
2. *Cidadãos com atividade/mobilidade reduzida* – aqueles que, independentemente da idade, se encontrem impossibilitados de executar, com autonomia, atividades básicas em resultado da sua condição de incapacidade, de forma permanente ou temporária, nomeadamente dificuldades motoras graves, utilizadores de cadeiras de rodas, deficientes visuais ou auditivos, desenvolvimento cognitivo significativamente deficiente ou atividade altamente condicionada motivada por doença incapacitante.
3. *Emergência social de carácter pontual* – situação de gravidade excecional resultante da insuficiência económica inesperada e ou de fatores de risco social e de saúde no seio do





*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A7', 'BAR', and others, are visible on the right margin.]*

agregado familiar, para o qual as entidades competentes nas respetivas áreas de atuação não possam dar resposta em tempo útil.

4. *Subsídio* – valor de natureza pecuniária, de carácter pontual e temporário.
5. *Rendimento mensal líquido* – valor decorrente da soma de todos os rendimentos mensais auferidos pelo agregado familiar à data do apoio.
6. Não são consideradas, para efeito do cálculo do Rendimento Mensal líquido, as prestações por encargos familiares, no caso o Abono Pré-natal com e sem majoração, Abono de Família para Crianças e Jovens com e sem majoração, as prestações complementares como o Montante Adicional ao Abono Família para Crianças e Jovens, Bonificação por Deficiência para Crianças e Jovens, as Bolsas de Estudo, o Subsídio de Funeral, o Subsídio por Morte, o Complemento por Dependência e as pensões atribuídas aos elementos do agregado familiar, portadores de deficiência comprovada.
7. *Rendimento per capita* – é o indicador económico que permite conhecer o poder de compra de um agregado familiar, sendo calculado através da fórmula indicada no n.º 2 do artigo 6º.
8. *Despesas dedutíveis* - caracterizando-se esta medida pelo apoio pecuniário pontual para situações de emergência social, são dedutíveis as despesas mensais de consumo com carácter permanente e indispensáveis com encargos de saúde (medicação e atos médicos) não reembolsados, até ao limite máximo de 10% do valor dos rendimentos ilíquidos anuais; renda ou amortização de habitação até ao limite da renda técnica estabelecida para a tipologia igual para a habitação social; água; eletricidade e gás.

## Artigo 6º

### Destinatários

Os apoios previstos no presente regulamento destinam-se a cidadãos nacionais ou equiparados nos termos legais, de estratos sociais em situação de comprovada carência social e económica que, por falta de meios, estão impossibilitados de ter acesso a bens e serviços básicos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, que residam com carácter de permanência e se encontrem recenseados há mais de dois anos na freguesia.

## Artigo 7º

### Condições de Acesso

Podem requerer estes apoios os fregueses que reúnam as condições referidas no artigo 5º e em que o rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a 50% do indexante dos apoios sociais (IAS), nos termos seguintes:



- a) O cálculo do rendimento mensal *per capita* do agregado familiar para os apoios a situações de emergência social de carácter pontual e temporário a estratos sociais desfavorecidos é realizado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$RMPC = \frac{RD}{N} = \frac{\frac{\sum RMBx_{14}}{12} - DD}{N}$$

em que:

RMPC – Rendimento mensal *per capita*.

RD – Rendimento Disponível – valor resultante da subtração das despesas dedutíveis ao rendimento mensal líquido do agregado familiar.

DD – despesas dedutíveis – valor resultante das despesas mensais de consumo, com carácter permanente com: encargos de saúde (medicação e atos médicos) não reembolsados, até ao limite máximo de 10% do valor dos rendimentos líquidos anuais; renda ou amortização de habitação até ao limite da renda técnica estabelecida para a tipologia igual para a habitação social do Município para o Programa de Realojamento; água; eletricidade e gás.

N – Número de elementos que compõem o agregado familiar.

RMB – Rendimento Mensal líquido.

- b) Nos casos em que os elementos do agregado familiar sejam maiores, não apresentem rendimentos e não façam prova de se encontrarem desempregados, incapacitados para o trabalho ou reformados por invalidez, que frequentam o ensino secundário, superior ou formação profissional, considerar-se-á que auferem rendimento equivalente ao salário mínimo nacional.

## Artigo 8º

### Situações Excecionais

1. Em situações excecionais de carácter urgente, em que o rendimento *per capita* do agregado familiar ultrapasse o limite definido no artigo 6º, podem ser prestados apoios pontuais, aprovados pelo órgão executivo, mediante informação social devidamente fundamentada.
2. Caso o requerente já se encontre a beneficiar de apoio concedido por outro regime de proteção social e este for considerado manifestamente insuficiente para colmatar a carência social diagnosticada, poderá exceionalmente ser atribuída um dos apoios definidos no âmbito do presente regulamente, em regime de complementaridade.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Artigo 9º

### Instrução do Processo

- 1) O pedido é formalizado pelo preenchimento de formulário a disponibilizar na Área de Ação Social, procedendo-se à abertura do processo social instruído com os documentos necessários à análise sócio económica do agregado familiar.
- 2) Quando já exista processo social na Área de Ação Social ou noutra entidade/instituição da Rede Social Tomar, o requerente fica dispensado da apresentação dos documentos que fazem parte deste, juntando apenas os que se encontrem em falta.
- 3) O requerente dispõe de dez dias úteis para apresentação de toda a documentação referida no nº 1 deste artigo.
- 4) Proteção de Dados:
  - a) A Junta de Freguesia garante a confidencialidade e o sigilo no tratamento dos dados, em conformidade com a legislação em vigor;
  - b) Os dados fornecidos pelos requerentes destinam-se, exclusivamente, à instrução de candidatura ao apoio previsto;
  - c) Os agregados familiares que solicitem apoio autorizam, expressamente, a que se proceda ao cruzamento dos dados fornecidos com os constantes nas bases de outros organismos públicos e parceiros da Rede Social.
- 5) O pedido de apoio apenas será analisado quando toda a documentação exigida esteja disponível.

## Artigo 10º

### Análise e Decisão do Pedido

1. Após ter dado entrada do pedido de apoio e encontrando-se reunida toda a documentação exigida para a análise do mesmo, serão realizadas as diligências necessárias, designadamente realização de visita domiciliária, quando se afigure necessário para a avaliação e elaboração no prazo máximo de 3 dias úteis, de relatório social, fundamentando e definindo a atribuição do apoio, o montante, a duração e a forma de pagamento.
2. A contagem do prazo referido no número anterior suspende-se quando forem solicitados ao requerente esclarecimentos por escrito, ou entrevista individual. Este tem 5 dias úteis a contar da data da receção da notificação referida para prestar todos os esclarecimentos solicitados, sob pena de, não o fazendo, ser indeferido o pedido de apoio.
3. Os procedimentos expostos nos dois números anteriores não se aplicam nas situações que se enquadrem no n.º 2 do artigo 7º.
4. Todos os requerentes cujos pedidos sejam indeferidos são notificados da decisão com os respetivos fundamentos.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. Z.', 'J. R.', 'F.', 'V.', and 'J. M.']*

## **Artigo 11º**

### **Pagamento do Subsídio**

1. A atribuição do montante do apoio a conceder será sempre condicionada à apresentação do comprovativo da despesa ou respetivo orçamento.
2. Em caso de deferimento do pedido de apoio financeiro pela freguesia e sempre que possível, a atribuição do subsídio será entregue à entidade parceira CSF que acompanha a família e que será responsável pela gestão desse apoio junto do requerente, devendo entregar nos serviços o comprovativo da despesa.

## **Artigo 12º**

### **Limite dos Apoios**

1. Os apoios previstos no presente regulamento não podem exceder, cumulativamente, o montante anual de € 1000,00 por agregado familiar, ou tratando-se de pessoa isolada € 500,00.
2. O mesmo cidadão não pode beneficiar de mais de quatro apoios anuais.
3. Em casos excecionais, no apoio para a aquisição de ajudas técnicas, será proposta à Junta de Freguesia para deliberação, o aumento do montante do apoio a conceder, previamente fundamentado pela Área de Ação Social.

## **Capítulo I I**

### **Apoio a situações de emergência social**

## **Artigo 13º**

### **Tipologia de Apoios**

1. A freguesia concederá apoios no âmbito da Ação Social a indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares pertencentes a estratos sociais desfavorecidos, em articulação com a Segurança Social e restantes entidades e instituições que integram a Rede Social e operam nesta área, designadamente:
  - a) Apoio nas despesas de medicação e atos médicos;
  - b) Apoio /distribuição de cabazes alimentares e/ou produtos de higiene;
  - c) Apoio no transporte;
  - d) Apoio no pagamento de despesas de educação;
  - e) Apoio em despesas domésticas, nomeadamente faturação de água, eletricidade e gás;





f) Apoio nas despesas com habitação (renda, prestação e pequenas reparações);

3. Os apoios a conceder ao abrigo do n.º 1, são calculados sobre o valor não participado por outros sistemas de proteção social de âmbito nacional ou concelhio.

#### Artigo 14º

##### Apoio no Transporte

O apoio só é concedido em situações excecionais, que se destinam a permitir o acesso a serviços básicos ou à resolução de problemas sociais previamente diagnosticados, em que se comprove inexistência doutros meios de transporte disponíveis, designadamente próprios ou públicos.

#### Artigo 15º

##### Apoio no Pagamento de Despesas Domésticas

Para a concessão de apoio no pagamento de despesas domésticas, designadamente faturação de água, eletricidade e gás deverá o requerente demonstrar que um dos elementos do agregado familiar é titular do respetivo contrato de fornecimento e que o local de consumo corresponde à residência permanente e única do agregado familiar.

#### Artigo 16º

##### Apoio no Pagamento de Renda ou Prestação para a Aquisição de Habitação

1. Para a concessão de apoios ao pagamento de renda, deverá o requerente, para além das condições de acesso referidas no artigo 11º demonstrar que:
  - a. É arrendatário e titular de contrato de arrendamento para habitação própria;
  - b. Não é proprietário de qualquer imóvel;
  - c. Não é titular de qualquer outro contrato de arrendamento habitacional para além daquele no qual incide o pedido de apoio;
  - d. Não se enquadra em outros apoios nem é beneficiário de qualquer outro subsídio para aquisição de habitação, onde expressamente constem as condições e valor da prestação mensal de crédito
2. Para a concessão de apoios com prestações relacionadas com a aquisição de habitação própria, para além das condições de acesso referidas no artigo 11º, deverá o requerente juntar declaração emitida pela entidade bancária que concedeu o crédito para a aquisição, onde expressamente constem as condições e valor da prestação mensal do crédito.



### **Capítulo III**

#### **Apoio técnico no domínio da habitação**

##### **Artigo 17º**

###### **Objeto**

1. O presente apoio visa a melhoria das condições habitacionais dos fregueses e consiste na realização de pequenas reparações domésticas;
2. As intervenções a realizar no âmbito deste programa estão confinadas ao espaço interior das habitações;
3. Não obstante o referido no número anterior, em situações excecionais, a intervenção pode ser alargada a espaços exteriores das habitações.

##### **Artigo 18º**

###### **Critérios de intervenção**

Os pedidos serão analisados segundo a seguinte ordem de importância:

- 1 - Aqueles que, pelas suas características, apresentem maior gravidade e risco quer para o requerente, quer para terceiros.
- 2 - Os serviços solicitados por fregueses com 65 ou mais anos, pensionistas ou que se encontrem em situação de atividade/mobilidade reduzida ou em situação de dependência e isolamento.
- 3 - Todos os outros pedidos serão respondidos por ordem de entrada no serviço.

##### **Artigo 19º**

###### **Tipologia da intervenção**

1 - Os serviços prestados abrangem, fundamentalmente, as áreas de carpintaria, eletricidade, canalização, serralharia e serviços de pedreiro, englobando:

- a) Na área da carpintaria:
  - Pequenas reparações em portas e janelas, incluindo colocação de dobradiças, puxadores e fechaduras;
  - Colocação de guarnições em madeira;
  - Pequenas reparações de soalhos em parquet;
  - Colocação/reparação de prateleiras em paredes e armários.
- b) Na área da eletricidade:
  - Substituição de lâmpadas e arrancadores;



- Substituição de tomadas e interruptores.
- c) Na área de canalização:
  - Afinação, substituição de torneiras e válvulas;
  - Colocação ou substituição de sifões e acessórios de bancada de cozinha e sanitários;
  - Colocação de respiradores.
- d) Na área da serralharia:
  - Pequenas reparações em portas e janelas, incluindo colocação de fechaduras, de puxadores e vedantes em caixilharias e alumínio;
  - Reparação simples de estores e régua em plástico, incluindo colocação ou substituição de fitas de estores;
  - Colocação de pegas na casa de banho;
  - Colocação de toalheiros.
- e) Nos serviços de pedreiro:
  - Reparação de pavimentos cerâmicos e azulejos em paredes;
  - Pequenos remates, reparação de fissuras e pinturas em paredes e tetos;
  - Pequenas reparações em telhados.

f) Alterações necessárias em habitações de pessoas com mobilidade reduzida quer no interior quer no exterior.

2 - Em casos excecionais, devidamente fundamentados e assim aceites pelo Responsável da Área Social, com prévia autorização do executivo, podem ser realizados outros serviços nas habitações, tais como:

- a) Instalação de esquentadores;
- b) Limpeza de chaminés, caleiras e desobstrução de tubos de queda;
- c) Ligação e sincronização de televisores, vídeos, DVD's e outros equipamentos elétricos de uso corrente;
- d) Arrumação e mudança de mobiliário e objetos pesados;
- e) Outros serviços necessários e imprescindíveis à manutenção da qualidade de vida e conforto das habitações.

## **Capítulo IV**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 20º**

##### **Articulação entre apoios**

Em casos excecionais, devidamente fundamentados, pelo Responsável de Ação Social, os beneficiários poderão usufruir cumulativamente dos apoios previstos nas medidas dos capítulos II e III.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### **Artigo 21º**

##### **Cessação e devolução de Apoios**

1. A freguesia cessa ou exigirá a devolução dos apoios concedidos no âmbito dos capítulos II e III, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil e criminal daí decorrente, sempre que se verifique qualquer uma das seguintes situações:
  - a) Não utilização ou utilização indevida do apoio concedido;
  - b) Prestação de falsas declarações pelo requerente;
  - c) Alteração substancial da situação económica;
  - d) Incumprimento das disposições do presente regulamento.
2. Verificando-se alguma das situações previstas no número anterior o requerente fica inibido de aceder a qualquer tipo de apoio, no domínio da atuação da freguesia.

#### **Artigo 22º**

##### **Dúvidas e omissões**

Cabe à Junta de Freguesia resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas ou omissões que surjam na aplicação do presente regulamento.

#### **Artigo 23º**

##### **Anotações finais**

1. O desconhecimento deste regulamento não poderá ser invocado para justificar o não cumprimento das suas disposições;
2. Os encargos resultantes da aplicação deste regulamento serão comparticipados por verbas a inscrever anualmente no orçamento da freguesia.





*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*

## **ANEXOS**

### **Anexo 1**

#### Documentos a anexar aos pedidos/requerimentos

- 1) Documentos de identificação:
  - a. Cartão de cidadão e /ou bilhete (s) de identidade, número (s) de contribuinte, cartão de Eleitor; cédula (s) de nascimento; cartões de beneficiário de segurança Social de todos os elementos do agregado familiar;
  - b. Comprovativo do título válido de permanência no país há pelo menos um ano, nos casos de cidadãos estrangeiros, de todos os elementos do agregado familiar;
- 2) Última declaração anual de IRS do requerente e/ou agregado familiar ou certidão negativa no caso estarem isentos da obrigação de apresentação de declaração;
- 3) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos pelo requerente e restantes membros do agregado familiar (recibos de vencimento, pensões, rendimento social de inserção e outros) dos três imediatamente anteriores à data da entrada do pedido de apoio;
- 4) Declaração a emitir pela Junta da Freguesia da residência do requerente que comprove o recenseamento e a residência com carácter de permanência na freguesia há mais de um ano;
- 5) Declaração comprovativa da situação de desemprego se for esse o caso e de inscrição atualizada no Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- 6) Declaração emitida pelo Serviço de Finanças relativa à existência/ inexistência de bens imóveis inscritos em nome do requerente e restantes elementos do agregado familiar;
- 7) Certidão predial do registo do imóvel a beneficiar;
- 8) Declaração médica comprovativa de situações especiais de deficiência e de saúde, bem como declaração comprovativa das despesas com medicação;
- 9) Atestado médico de incapacidade multiuso dos elementos do agregado familiar, portadores de deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%;
- 10) Declaração do requerente, sob compromisso de honra, atestando a veracidade de todas as declarações prestadas no processo de pedido de apoio excecional no domínio da habitação, bem como não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados nos termos das alíneas anteriores;
- 11) Nos casos excecionais de pedido de apoio para imóvel em regime de arrendamento referidos no nº 2 do artigo deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos: contrato de arrendamento, três últimos recibos da renda e declaração de compromisso nos termos do Anexo II.



## Anexo 2

### Declaração compromisso do Senhorio

Nome ..., estado civil ..., profissão/situação perante o trabalho..., B.I/Cartão Cidadão... válido até ..., contribuinte fiscal n.º ..., morada ..., freguesia ..., código postal..., Telefone/Telemóvel ..., na qualidade de senhorio do requerente de Apoio para ..., abaixo assinado, declaro por este meio, para os devidos e legais efeitos, sob compromisso de honra autorizar a realização das obras de adaptação projetadas no âmbito do supra referido apoio e garanto a manutenção do contrato de arrendamento por um prazo mínimo de cinco anos contados da data da concessão deste apoio.

Tomar, ... de ... de 201...

O Declarante

Aprovado na reunião ordinária do Órgão Executivo de 11 de janeiro de 2018

O Presidente:

O Secretário:

O Tesoureiro:

O Vogal:

O Vogal:

Aprovado na sessão ordinária do Órgão Deliberativo de 31 de janeiro de 2018

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário: